



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo I História da Formação Política Brasileira

Aula 1 O que é política numa dimensão ética

Mauricio Fronzaglia

Introdução

As discussões sobre a atividade política e sua dimensão ética estão no início dos debates históricos dessa área de conhecimento. Outrossim, o debate sobre a dimensão ética da política continua vivo e atual, tratando-se então de uma discussão clássica.

Inicialmente, trataremos das conexões entre ética e política nos textos dos filósofos gregos Platão e Aristóteles. Ambos mantêm uma visão semelhante sobre a ligação e a determinação entre essas duas atividades, embora mantenham uma relativa discordância com relação à tentativa de se criar uma organização política ideal. Os dois autores dominaram o debate político ao longo de toda a Idade Média e serão as principais fontes inspiradoras dos principais filósofos do cristianismo ocidental, Santo Agostinho, claramente marcado pela oposição platônica entre o mundo das aparências e o mundo das essências, e São tomas de Aquino, que redireciona e redescobre o pensamento político aristotélico. O Renascimento traz uma marca decisiva para esse debate através da contribuição do florentino Nicolau Maquiavel e seu esforço para diferenciar a ética política e pública da ética privada e religiosa. O inglês Thomas Hobbes retoma caros argumentos maquiavélicos e os redireciona para o seu contrato social, baseado na autoridade máxima e incontestável do poder soberano, que segue uma ética própria da política. Rousseau e Karl Marx



retomam a discussão relevando que a ética política deve ser pautada para a transformação da sociedade.

Já o alemão Max Weber reafirma a existência de uma ética política própria, que contraria a ética privada e religiosa, na mesma linha seguida por Maquiavel. Finalmente, a escola de Frankfurt traz sua contribuição nesse debate através da criação da teoria crítica, retomando os valores da racionalidade objetiva que deveria pautar a atividade política.

Embora seja necessário ressaltar a existência de importantes nuances e diferenças no pensamento político de um dos pensadores citados, não seria por demais ousado afirmar que eles se separam em duas grandes escolas do pensamento político em sua dimensão ética: o primeiro grupo é aquele que se concentra no vir a ser, no futuro e na transformação social através da política, e nesse grupo estariam os autores gregos, o iluminista francês, assim como Marx e os representantes da escola de Frankfurt. Em um segundo grupo, que se concentra da dimensão política do presente e da verdade efetiva das coisas, estão Maquiavel, Hobbes e Max Weber.

O texto fará uma abordagem da dimensão ética da política nessas duas perspectivas para forjar um arcabouço teórico suficiente para se compreender o desenvolvimento da política atual.

1 – Definições e Qualificações.

Parece-me correto que as definições devem preceder as qualificações. Desta forma, antes de qualificar e discorrer sobre a dimensão ética da política em seus desenvolvimento histórico e suas distintas abordagens feitas pelos pensadores clássicos que serão aqui abordadas, torna-se necessário um esforço para se compreender as definições de ética e de política.

A ética tem sua origem etimológica na palavra grega *éthiquê* e define-se como o “ramo do conhecimento que estuda a conduta humana, estabelecendo os conceitos do bem e do mal, numa determinada sociedade em uma determinada época” (CUNHA, 1996;336). Se o conceito de ética determina as concepções do bem e do mal, deve-se considerar que essas concepções não são



absolutas e que apresentam uma razoável variação para cada sociedade e para cada período histórico. Além disso, é necessário ainda acentuar que a própria ética apresenta diferentes dimensões. Segundo Fábio Konder Comparato (2006;18) “ela abrange o conjunto de sistemas de dever-ser que formam, hoje, os campos distintos – e, na maioria das vezes, largamente contraditórios – da religião, da moral e do direito”. Não há, portanto, incoerência alguma quando nos referimos a uma ética religiosa, a uma ética cristã, a uma ética política, a uma ética pública, ou ainda, parafraseando Max Weber, a uma ética protestante. Nesses diferentes campos, a ética define as concepções do bem e do mal. Em muitos casos essas éticas apresentam situações conflitantes onde o bem definido na conduta ética religiosa, por exemplo, por ser considerado um mal para a conduta ética política ou pública, como veremos adiante.

Assim como a palavra ética, a política tem sua origem etimológica também derivada de uma palavra grega, politiké (CUNHA, idem; 618). Essa palavra, por sua vez, tem sua origem ligada a palavra grega para designar a cidade, ou seja, a palavra polis. Quanto, então, Aristóteles refere-se ao homem como um animal político, zoon politikon, ele se refere especificamente ao fato de que o homem é um ser social que vive na cidade, na polis. A política refere-se então diretamente a forma de organização do poder dentro de uma determinada sociedade. Pode-se, destarte, definir a política como sendo a área do conhecimento humano que estuda o poder - sua estruturação e institucionalização, assim como suas relações – dentro de uma determinada sociedade. Segundo AZAMBUJA (1967), a política seria então a ciência do poder.

2 – Política e Ética na Civilização Grega

A Grécia antiga não constituía uma unidade política da forma como modernamente seria conhecida como Estado. A civilização grega organizava-se naquilo que se convencionou chamar de cidades-estado, ou apenas polis, na linguagem grega. A própria geografia desta parte da Europa mediterrânea causou grande influência na organização política descentralizada e autônoma da civilização grega. As polis (cidades-estado) mantinham uma espécie de vínculo federativo sem contudo abdicar da sua soberania e também se uniam em torno de santuários sagrados e formavam suas ligas, uma espécie de rede de cidades da antiguidade clássica.



Antes do aparecimento das polis (PISIER, 2004), eram as organizações tipicamente familiares que organizavam a vida social, política, econômica e religiosa da civilização grega. O crescimento dessas organizações fez surgir a necessidade de criação de regras para o convívio social e político que ultrapassassem a esfera privada familiar. Se na família reúne os indivíduos do mesmo sangue e a aldeia reuniria um conjunto de famílias, seus objetivos convergiam apenas para a busca da sobrevivência. O aparecimento das cidades-estado marca, para o pensamento grego (PISIER, idem), uma evolução na organização social do homem, visto que o convívio na cidade faz o homem superar sua simples busca pela sobrevivência e permite-lhe a possibilidade de realizar suas outras capacidades e virtudes.

O pensamento e a ação política dos gregos direciona-se para estabelecer e pensar suas cidades, seus fundamentos e suas instituições, assim como também seus propósitos e objetivos. A política grega nasce da sua preocupação ética de como as cidades deveriam ser organizadas para que se fosse possível viver a melhor vida possível. Toda a racionalidade tão característica e peculiar da civilização grega (CHEVALIER, idem) encontra na política sua dimensão ética do dever-ser. A construção e organização das cidades-estado eram encaradas como a discussão da melhor forma de sociedade a ser instituída.

Nas palavras de ROSSI e AMADEO (2004; 63,64):

A existência da polis gerou condições para a possibilidade de um pensamento racional sobre a política, isto é, permitiu a atuação política de um número de cidadãos com consciência de seu domínio sobre as coisas da cidade. Em sentido exato, a política são os negócios – eliminando o sentido pejorativo desse termo – da polis. Essa palavra grega designa urbano (como oposição ao campo), mas também designa civilização (como oposição à natureza ou barbárie) e, sobretudo, cidade-Estado, entendida como entidade comunitária autônoma na qual vivem alguns milhares de habitantes ... Portanto, em certo sentido, a política para um cidadão grego da polis tem um sentido mais específico. Não viver em uma cidade-Estado é, para o grego, não viver politicamente, isto é, não viver civilizadamente (wolf:1999).



A vida política para os gregos era uma associação moral para a vida em comum que, de acordo com seus princípios éticos, obedecia e visava o bem. Nesse contexto surgem as discussões sobre quais seriam as formas possíveis de governo, e dentre elas, qual seria a melhor forma de governo.

As formas de governo (BOBBIO, 1997) originam-se na combinação das respostas possíveis para duas perguntas básicas: Quem Governa ? e Como Governa ?. Assim temos as seis possíveis formas de governo assim descritas: Quando é o governo de um e um bom governo temos uma monarquia, já quando é um mau governo de um temos uma tirania. Se o governo é de poucos e é um bom governo temos uma aristocracia, já se o governo de poucos é um mau governo temos uma oligarquia. Finalmente, quando é o governo de muitos e é um bom governo temos a democracia, e se o governo de muitos é um mau governo temos uma oclocracia.

Outro aspecto importante no pensamento político grego é a idéia de que o estudo da política era visto como análogo ao estudo da medicina. Enquanto esta se ocupava da saúde do corpo individual, aquela deveria se concentrar no estudo do corpo social. Assim surgem os legisladores que se tornam como médicos das cidades, cuja função é perceber onde se manifestam os defeitos da administração e da organização política e como se deve proceder para que essas doenças fossem curadas.

Se, como definido no início deste texto, a ética é a parte do conhecimento que se preocupa com o comportamento humano estabelecendo os conceitos do bem e do mal em uma determinada sociedade, e se a ética sempre esteve ligada ao pensamento político dos gregos, resta-nos agora saber como o pensamento grego determinava o bem e o mal na organização do poder político em sua civilização. Para essa questão, não há uma resposta única e absoluta, muito embora, como bem observa Max Horkheimer (2003; 29): “em sua origem, a constituição política foi ideada como uma expressão de princípios concretos fundados na razão objetiva; as idéias de igualdade, felicidade, democracia, propriedade, todas se proclamavam corresponder à razão, emanar da razão”.

Assim, o texto irá se concentrar agora no pensamento dos dois principais filósofos gregos que se debruçaram sobre essa questão, Platão e Aristóteles, cujos trabalhos delimitaram os contornos de toda a discussão política que se desenvolveu na civilização ocidental.

2.1 – O Pensamento Político de Platão: A República como manifestação do mundo das idéias.



Para que seja possível compreender o pensamento político de Platão deve-se ter em consideração, em primeiro lugar, uma das características básicas e mais marcantes de toda sua filosofia: a sua visão metafísica que divide a experiência humana no mundo sensível e no mundo inteligível, ou no mundo das aparências e no mundo das essências ou das idéias. Essa importante particularidade do pensamento platônico é muito bem ilustrada por uma alegoria criada pelo próprio autor para expressar essa dicotomia: o mito da caverna. Descrita em seu livro “A República”, o mito da caverna discorre sobre seres humanos que vivem em uma caverna tendo um contato apenas superficial com a realidade que se desenvolve fora da caverna. Conforme Marilena Chauí (2004;11):

Os prisioneiros se comunicam dando nome às coisas que julgam ver (sem vê-las na realidade, pois estão na obscuridade) e imaginam que o que escutam, e que não sabem que são sons vindos de fora, são as vozes das próprias sombras e não dos homens cujas imagens estão projetadas na parede; também imaginam que os sons produzidos pelos artefatos que esses homens carregam nos ombros são vozes de seres reais.

O mundo fora da caverna seria a verdadeira realidade, ou seja, a realidade daquilo que Platão chama do mundo das idéias, do mundo inteligível, enquanto que a vida dentro da caverna é a realidade imperfeita e incompleta do mundo sensível, do mundo das aparências que são tomadas como realidade verdadeira. O mundo sensível é o mundo das aparências, de uma realidade contraditória que percebemos apenas pelas nossas percepções, crenças e opiniões, é um mundo mutável. Já o mundo das idéias é o mundo das essências imutáveis, da verdade absoluta e objetiva, onde não há oposições e nem contradições. Pode-se, contudo, se passar de um mundo a outro através do uso da razão dialética, da razão que busca nas contradições das crenças e opiniões a construção de uma verdade não contraditória.

Essa introdução é necessária para a compreensão do pensamento político de Platão, como descrito em seu talvez mais famoso diálogo “A República”, onde são colocadas as bases para a realização da sua cidade-estado ideal, que seria, logicamente, a representação e a concretização do seu mundo das



idéias, em contraposição aos governos e estados imperfeitos e corrompidos existentes na realidade do mundo das aparências.

A dimensão ética do pensamento político de Platão está diretamente ligado ao seu conceito de uma sociedade que seria a realização suprema do BEM, da VERDADE e da JUSTIÇA, de uma sociedade política ligada ao vir a ser, ao dever-ser, em contraposição aquilo que se desenvolvia na realidade sensível.

A premissa fundamental para a existência e realização da República de Platão é a submissão do poder político ao saber. Para o filósofo grego (CHEVALIER; idem) seria apenas através da filosofia que se pode conhecer e distinguir aquilo que é justo e verdadeiro tanto na vida pública quanto na vida privada. Portanto, os seres humanos não se livrariam dos males dos seus governos e estados corrompidos até que os puros e autênticos filósofos subissem ou ascendessem ao poder. Logo, a cidade ideal deveria servir-se da correta filosofia para curar as enfermidades do gênero humano. Essa cidade ideal deveria mostrar a constituição perfeita de uma política que seria dominada pelo mais elevado princípio de justiça e que exprimiria a idéia do BEM.

A república ideal pensada e concebida por Platão é a realização da justiça entendida como uma divisão harmônica de funções de acordo com as aptidões de cada grupo social. (eram três esses grupos – governantes-filósofos, guerreiros, trabalhadores). Para Platão todos os Estados existentes são corrompidos, em maior ou menor grau. O Único Estado não Corrompido não existe na realidade, mas é uma manifestação do mundo das idéias. Existem apenas formas más que se sucedem historicamente, a boa forma de governo existe por si mesma. Existe apenas fora da história.

Outro ponto importante no pensamento político de Platão é sua concepção e certeza de que importa mais a unidade do Estado que a liberdade individual. Platão concebe a sociedade como um organismo, análogo ao corpo humano. Cada grupo tem uma função e uma alma distinta: há as almas racionais (filósofos-governantes), as almas passionais (guerreiros) e as almas apetitivas, que se deixam levar apenas pelos desejos (trabalhadores).



A república ideal de Platão tem alguns princípios éticos que podem nos parecer um pouco estranhos na atualidade. Em primeiro lugar, há a concepção de que a felicidade e a satisfação individual se realizam somente através do bem estar da comunidade, ou seja, a justiça coletiva deve sempre prevalecer sobre as demandas individuais. Essa idéia contradiz atualmente toda a concepção de justiça e preservação dos direitos individuais que formam a base da sociedade capitalista moderna. Naquilo que concerne a educação dos habitantes dessa república ideal, ela deveria ser direcionada para a formação das duas classes superiores, os guerreiros e os filósofos governantes, e teria como objetivo principal despertar na alma racional de cada habitante o gosto pelo BEM e pelo BELO moral e estético. Além disso, a educação das crianças ficaria nas mãos dos governantes filósofos e não da família. Com relação a família, Platão a considerava com um verdadeira ninho de egoísmo anticívico (CHEVALIER, idem), por isso a vida familiar deveria ser abolida em prol da própria comunidade, tendo-se a idéia de que todos os membros da comunidade deveriam se sentir como partes da mesma grande família.

Posteriormente, temos a concepção de Platão de que toda a propriedade privada deveria ser extinta e ser substituída pela comunhão de bens entre os membros da comunidade. No vocabulário moderno e contemporâneo, pode-se dizer que Platão pretendia o estabelecimento de um certo tipo de comunismo, que não faz referencia, logicamente, as idéias de Karl Marx, mas que se ligaria muito mais a própria origem dessa palavra, onde a comunidade importava mais que os seus indivíduos componentes. Finalmente Platão também defende a idéia de que os casamentos deveriam ser feitos de acordo com a escolha dos próprios governantes filósofos que seriam guiados pela idéia da realização do BEM, e nesse sentido acaba por defender uma política de eugenia, onde os melhores deveriam procriar.

Ressalta-se ainda que, embora o pensamento platônico para a República ideal completa-se na idéia da comunidade que deve realizar a felicidade da cidade, a questão da igualdade entre as classes que comporiam essa comunidade é tratada da seguinte forma:

Assim como a alma é composta por três partes, também o Estado está composto por três camadas sociais. Interessante são as mútuas relações que o filósofo estabelece entre as partes da alma e o Estado: a parte racional da alma coincide com a camada governamental dos guardiões filósofos, a parte irascível, com a



camada dos guardiões e a parte desejável ou material com as camadas produtivas. Platão acredita que todas essas partes são condição de possibilidade da existência da polis, não podendo alterar-se as hierarquias que a sábia natureza estabeleceu entre elas. (ROSSI, M e AMADEO, J., op. Cit; 69).

O pensamento ideal de Platão não representa, de forma alguma, uma superação ou uma emancipação da desigualdade existente entre os homens. Para o pensador grego, essa desigualdade é natural e harmônica, devendo, então, ser preservada e conservada.

Conclui-se, desta forma, que a política na visão platônica está intrinsecamente ligada a idéia de um DEVER SER, de um futuro a ser construído baseado e fundamentado na ética própria desse pensador que se expressaria em uma comunidade que realizasse a idéia do BEM, do BELO e do JUSTO. Uma comunidade ideal, uma expressão do seu mundo das idéias, ou da vida fora da caverna.

2.2 – O Pensamento Político de Aristóteles.

Aristóteles via a polis como o coroamento natural e necessário de um desenvolvimento humano que se iniciava com a família, passava pelas aldeias e terminava na cidade-estado, onde as necessidades humanas não seriam mais simplesmente aquelas da sobrevivência cotidiana. Nesse ponto identifica-se o caráter teleológico do pensamento aristotélico. Sendo a teleologia qualquer doutrina que prima por identificar a presença de fins últimos direcionando a experiência e a vida humanas, a teleologia aristotélica acaba por fundamentar e incorporar a idéia de que todos os seres humanos e toda a natureza direcionam-se a uma finalidade que pode ser tida como inalcançável completamente por transcender, por ultrapassar a realidade material.

Se a vida na cidade-estado é então o final pré-estabelecido do desenvolvimento da humanidade, temos também que para Aristóteles será difícil alcançar esse fim em toda sua perfeição. Nesse ponto está a chave para a compreensão do pensamento político de Aristóteles.



Assim sendo o pensamento de Aristóteles refere-se a dimensão ética da política não mais na forma de uma cidade-estado ideal como no estilo platônico, mas antes refere-se e direciona-se para pensar a organização política como uma associação para viver em comum a melhor vida possível. O objetivo da política torna-se, em sua dimensão ética, a busca da felicidade possível dos habitantes da polis, garantido-lhes o direito de viver seu modo de vida mais desejável.

O pensamento político de Aristóteles apresenta uma dimensão ética diferente daquela visão platônica, ligada exclusivamente a um DEVER SER situado no mundo inteligível das idéias. O político aristotélico tem ligações e conseqüências concretas e prevê interações e realizações na vida da polis. Expressas, por exemplo, na preocupação desse filósofo na constituição da justiça na cidade estado. A justiça deve ser traduzida pelas leis, e as leis, para Aristóteles (CHEVALIER, idem), devem expressar os imperativos eternos da moralidade, devem expressar a razão livre de desejos e das paixões humanas. Nesse ponto sobre a valorização da razão, em sua forma objetiva, como forma de superação das contradições e das variações do mundo sensível das paixões, há a concordância do pensamento aristotélico com seu mestre Platão.

Assim como seu mestre, Aristóteles também defende concepções que hoje são consideradas com sendo representantes da imoralidade, segundo a moderna definição de ética no pensamento político ocidental. Sua defesa da escravidão como um fato natural originada nas diferenças existentes entre os homens converge não só com o pensamento platônico, assim como o pensamento da civilização grega.

A principal diferença no pensamento desses dois filósofos encontra-se na questão das diferenças e dos conflitos sociais.

Caberia mencionar outro aspecto pelo qual as diferenças entre Platão e Aristóteles são irre recuperáveis. Antes fizemos referência que o objeto da política, para Platão, se enquadra em uma teoria da ordem social que inclui, ou pelo menos considera como uma “patologia” o conflito social; para Aristóteles, o conflito é constitutivo das relações humanas, e, portanto, da política, vale dizer que está é a razão pela qual sua preocupação primária não é a temática da ordem, mas a problemática da governabilidade – em que o conflito aparece a priori, e que não se deve anular, mas justamente assumir, ou em todo caso, administrar. (ROSSI, M e AMADEO, J., op. Cit; 71).



De forma resumida, enquanto para Platão a cidade ideal deveria eliminar as diferenças, Aristóteles parte do princípio que elas devem ser conciliadas e administradas na medida do possível.

O pensamento desses dois filósofos determinará os contornos da discussão política e da sua ética até o renascimento, influenciando inclusive os dois principais pensadores cristãos da Idade Média, Santo Agostinho e São Tomas de Aquino.

3 – O Pensamento Político da Idade Média: Santo Agostinho e São Tomas de Aquino

Deve-se, inicialmente, ressaltar que Santo Agostinho e São Tomas não foram os únicos pensadores importantes da Idade Média que abordaram a questão da organização política e também sua dimensão ética. Logo depois dos gregos, a civilização romana também desenvolveu um pensamento político dos mais interessantes, tendo como expoentes pensadores como Políbio e Cícero. Poderíamos citar o pensamento de alguns Papas e do próprio Santo Anselmo, mas nos detemos nesses dois pensadores porque eles trazem as fortes influências dos pensadores gregos Platão e Aristóteles.

O fato histórico de maior relevância ocorrido no período do Império Romano e que acabou por moldar todo o desenvolvimento histórico do mundo ocidental e influenciar os direcionamentos do mundo oriental foi o nascimento e a ascensão do Cristianismo. Tal fenômeno remodelou todo o estilo de vida ocidental, deu novos contornos a questão ética, mudou comportamentos sociais, políticos, econômicos e artísticos, reconfigurou o mapa europeu e criou uma das maiores e mais poderosas instituições de todos os tempos, a Igreja Católica Romana.

Se, como bem observou Max Horkheimer (idem;19):

Quando se concebeu a idéia de razão, o que se pretendia alcançar era mais que a simples regulação da relação entre meios e fins; pensava-se nela como o instrumento para compreender os fins, para determiná-los. Sócrates morreu porque submeteu as idéias mais sagradas e correntes da sua comunidade e do seu país à crítica do daimonion, ou pensamento dialético, como Platão o chamou. Ao fazê-lo, lutava ao mesmo tempo contra o conservadorismo ideológico e contra o relativismo mascarado do progresso mas na verdade subordinado aos interesses pessoais e profissionais.



Temos, pois, que para os gregos, a razão era considerada como a ferramenta e o caminho para se chegar aos princípios absolutos da Justiça, do Bem e do Belo. Tal fato permanece visivelmente claro no pensamento platônico, e essa ressalva é de extrema importância porque é em Platão que Santo Agostinho, bispo de Hipona no século V dC, vai buscar toda inspiração para construir sua teologia cristã.

A razão é então substituída pela Fé religiosa cristã, que se torna o instrumento para a construção da verdade absoluta, da justiça, do bem e da redenção. Do mundo sensível ao inteligível de Platão, chegamos a Cidade dos Homens e a Cidade de Deus, esboçadas na obra desse santo.

Quase oitocentos anos separam São Tomas de Santo Agostinho. E, enquanto esse último buscou a inspiração platônica, o primeiro ateve-se aos aspectos mais importantes da obra de Aristóteles, que foram revigorados e redescobertos na Europa do século XII. Sobre a reflexão política de São Tomas temos que:

Ela não tem certamente como objetivo deliberado justificar o poder dos reis. No entanto, é verdade que, fortemente marcada pelo pensamento político de Aristóteles, ela contribui, contra o agostinismo, para dar peso às comunidades de fato. Rompendo com a perspectiva segundo a qual a Cidade dos homens é diretamente de instituição divina e ligada ao pecado original, São Tomas estabelece que ela é, dentro da ordem da Criação, um fato natural. Se Deus quer que os homens vivam em sociedade, resulta daí que o poder, cujo objetivo é o de garantir a unidade de uma multiplicidade, é um assunto humano que faz parte do plano geral da Providência e não de um desígnio singular de Deus ou de seu representante. (PISIER, 2004;27,28).

A influência aristotélica mostra-se plenamente nessa citação explicativa sobre o pensamento de São Tomas, assim como também suas contradições e oposição ao pensamento de Santo Agostinho e, por consequência, ao pensamento platônico.

O que deve ser finalmente ressaltado são os contornos cristãos dados as obras filosóficas da antiguidade, fazendo com que a fé substitua a razão, e os valores do cristianismo sejam os principais aspectos da dimensão ética da política, como pensada na Idade Média.



4 – O Pensamento de Maquiavel e a ética própria da política.

O pensamento político do florentino Nicolau Maquiavel marca uma verdadeira revolução na maneira como as relações entre a ética e a política são estabelecidas e estudadas. Nas suas principais obras, como “O Príncipe” e “A arte da guerra”, Maquiavel coloca e destaca contornos nítidos do realismo nas atividades políticas que o fizeram ser tantas vezes mal interpretado e tantas vezes ser intelectualmente vituperado. O adjetivo “maquiavélico”, assim como o advérbio “maquiavelicamente” não encontram respaldo na obra desse importante pensador. Da mesma forma, Maquiavel é acusado por frases e afirmações que ele nunca escreveu, como a célebre “os fins justificam os meios”. Tal afirmação inexistente em suas obras.

Com relação ao objetivo em torno do qual se estrutura esse texto, devemos nos ater a dois aspectos importantes da obra de Maquiavel explicitados em sua mais famosa obra “O Príncipe”. São eles: a verdade efetiva das coisas, e a distinção entre a ética política e a ética religiosa, ou entre a ética pública e a ética privada.

Sobre a verdade efetiva das coisas há uma célebre passagem no capítulo XV do livro “O Príncipe” (MAQUIAVEL, 1973;69)

Julguei mais conveniente ir atrás da verdade efetiva do que das suas aparências, como fizeram muitos imaginando repúblicas e principados que nunca se viram nem existiram. Entre como se vive e como se devia viver há tamanha diferença, que aquele que despreza o que se faz pelo que se deveria fazer aprende antes a trabalhar em prol da ruína do que da sua conservação. Na verdade, quem num mundo cheio de perversos pretende seguir em tudo os ditames da bondade, caminha inevitavelmente para a própria perdição. Daí se infere que um príncipe desejoso de conservar-se no poder tem de aprender os meios de não ser bom, e a fazer uso ou não deles, conforme as necessidades.

O estudo da política não pode se ater, segundo Maquiavel, aquilo que deveria ser, ao DEVER SER, mas antes, deve se concentrar na verdade efetiva das coisas, em como elas acontecem realmente. E no mundo real da política, esta é marcada pela disputa de poder e tem o objetivo único de manter a ordem, preservando o poder do Estado e evitando o caos. Para manter o controle do Estado, é



preciso saber como lidar com a população. E os homens, segundo Maquiavel, têm uma natureza maligna.

Os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhe fizeres bem, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como disse acima, desde que a necessidade esteja longe de ti. Mas quando ela se avizinha, voltam-se para outra parte. E o príncipe, se confiou plenamente em palavras e não tomou outras precauções, está arruinado...Porque os homens esquecem mais depressa a morte do pai do que a perda de seu patrimônio. (MAQUIAVEL, idem; 76).

Desta forma, torna-se claro que o objetivo da política parece ser incongruente com a ética da razão pensada pelos gregos, assim como a ética da fé, como pensada pelos filósofos da igreja católica.

Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre considerados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo, e não haverá lugar para a minoria se a maioria não tem onde se apoiar. (MAQUIAVEL, idem; 81).

Essa célebre passagem, que tanta confusão interpretativa causou, demonstra claramente que o reino da política deve ser estudado e considerado de forma distinta do reino da religião e da ética cristã. Maquiavel tem o mérito de diferenciar essas duas éticas. Na ética cristã os princípios e valores utilizados para se julgar um bom ou um mal comportamento baseiam-se exclusivamente na prática dos ensinamentos de Cristo tal como deixados na Bíblia e divulgados pela igreja. Essa ética refere-se exclusivamente a vida privada, onde os homens devem se mostrar solidários, pacientes, tolerantes com a violência, perdoar os erros dos seus próximos e dos seus semelhantes. O objetivo principal da conduta ética cristã é garantir a salvação da alma.

Já a ética política baseia-se nos princípios e valores que formam a vida pública, e esses princípios, sempre segundo Maquiavel, são expressão pela manutenção da ordem pública e pela manutenção do poder do Estado, evitando assim que a sociedade viva em um estado de caos e conflito permanentes. Não se deve utilizar princípios da ética privada para julgar os movimentos da ética pública e política, e nem tampouco deve-se fazer uso dos princípios da primeira na segunda. O que seria de



um governo que não punisse o crime, mas apenas perdoasse os criminosos? Qual a ordem que teria uma sociedade em que, sendo invadida, não respondesse a agressão, mas antes oferecesse a outra face? As conseqüências seriam terríveis.

A interpretação equivocada da obra de Maquiavel reside principalmente na confusão que se faz entre essas duas éticas, e na forma como os atos da vida pública acabam sendo julgados e enquadrados segundo princípios da ética religiosa.

5 – Thomas Hobbes e o Leviatã

A obra do inglês Thomas Hobbes marca um novo passo na análise realista da dimensão ética da política já desenvolvida anteriormente pelo pensador florentino Nicolau Maquiavel.

Escrevendo na conturbada Inglaterra da primeira metade do século XVII, Thomas Hobbes parte do princípio de que, assim como descrita por Maquiavel, a natureza humana apresenta traços de racionalidade e egoísmo, devendo ser portanto contida pelo poder político do Estado. Os homens, na visão hobbesiana, não têm uma natureza sociável e não tiram prazer algum da companhia. Ou seja, ao contrário do que pensava Aristóteles, os homens não são seres sociáveis por natureza. E não só Aristóteles, quase todos os grandes filósofos e pensadores tinham essa opinião, como São Tomás de Aquino. A sociabilidade só será possível quando houver uma força acima dos homens que os obrigue ao respeito mútuo. O domínio sobre os outros homens é absolutamente necessário para a conservação de cada um. Assim sendo, essa situação é admitida por todos. Essa é a base para a teoria hobbesiana que explica a fundação do Estado, através de um Contrato Social, onde todos os homens renunciam a sua liberdade para terem a sobrevivência assegurada pelo poder do Estado na figura do seu Soberano.

O objetivo último da política e do poder do Estado é então a sua preservação e a preservação da vida dos súditos. O poder deve ser então absoluto e indivisível, para que não existam conflitos que podem levar a sociedade novamente para seu estado de natureza, onde inexiste uma autoridade acima dos homens e onde o estado de guerra e de conflito é uma característica permanente.



Quanto a indivisibilidade do poder soberano:

O raciocínio de Hobbes tem simplicidade exemplar: se o poder soberano está efetivamente dividido, não é mais soberano; se continua a ser de fato soberano, não está dividido – a divisão é só aparente. Sabemos muito bem qual é a situação histórica da qual nasce a reflexão hobbesiana; a disputa entre rei e parlamento, na Inglaterra, que deu origem a guerra civil, isto é, a dissolução do Estado. Hobbes considera responsáveis por essa dissolução aqueles que sustentaram, de diversos modos, a divisão do poder soberano entre o monarca e o corpo legislativo. (BOBBIO, idem; 112).

O poder que o soberano recebe logo após a criação do Estado pelo Contrato Social hobbesiano é então indivisível e deve ser absoluto, evitando os conflitos e as situações de tensão e desordem social. O soberano não deve se submeter a nenhuma lei e a nenhum constrangimento em seu exercício do poder, e cabe ao Estado o controle da vida social, política e econômica do homem na sociedade, não havendo mesmo a distinção entre a esfera pública e a esfera privada. Nenhuma das leis pode constranger o exercício do poder soberano, e elas devem ser apenas consideradas como conselhos de prudência.

O pensamento hobbesiano nos faz deparar com uma versão acentuada dos princípios já descritos por Maquiavel. Hobbes não faz uma separação pura e simples entre a ética religiosa e a ética política, ela submete a religião ao poder soberano do Estado.

Desta forma a dimensão ética da política, segundo o pensamento de Thomas Hobbes, pode ser resumida na ética que regula o comportamento do portador do poder soberano, que tem como o seu objetivo a manutenção da paz interna e de organização da sociedade impedindo o aparecimento dos conflitos que podem resultar tanto na dissolução do Estado quanto, conseqüentemente, na volta ao estado de natureza. O poder ilimitado do soberano deriva diretamente dessa expectativa ética colocada na teoria do Leviatã, ou seja, de que o dever e o objetivo último do Estado é a conservação do direito a vida que os súditos têm.



6 – O Contrato Social de Rousseau

O francês Jean-Jacques Rousseau é um filósofo único e singular. Vivendo na França pré revolucionária do Século XVIII e convivendo em um meio acadêmico onde a grande maioria dos filósofos iluministas acreditava na ilustração como meio de desenvolvimento moral do homem, Rousseau acreditava que, ao contrário, o homem já se encontrava em um estado de corrupção social que seria difícil reverter.

A posição de Rousseau é nitidamente contrastante com aquelas apresentadas por Maquiavel e Hobbes e se aproxima muito de certos ideais platônicos. Ele não considera a natureza humana egoísta, ela seria boa em essência, mas que acabou se corrompendo ao longo da história.

Uma das principais, talvez a principal, preocupação teórico e filosófica de Rousseau seja o estudo da desigualdade entre os homens. Partindo da premissa da igualdade entre os homens, Rousseau preocupa-se em saber como os homens se tornaram desiguais, e tenta construir e elaborar uma resposta possível de como seria possível superar essa desigualdade. A primeira preocupação leva Rousseau a escrever o seu “Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens”, já a segunda questão é abordada em seu outro livro “Contrato Social”.

A questão central da desigualdade é aquela que vai nos esclarecer a forma pela qual o pensador nascido em Genebra faz a articulação sobre a dimensão ética da política. A concepção de homem dada por Rousseau é expressa de forma clara no livro “Discurso sobre a origem da Desigualdade entre os homens”. Nesta obra, Rousseau define que o homem em seu estado de natureza era bom, dotado de compaixão e solidariedade, além disso, os homens teriam, de forma inata, a idéia de justiça. Nesse ponto torna-se claro a sua associação com os conceitos platônicos de inatismo e da racionalidade da alma. E, simplificando, a instituição da sociedade civil, que só seu deu através da criação propriedade privada, corrompe o homem.

Eu concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade; uma que eu chamo de natural ou física, porque ela é estabelecida pela natureza e consiste nas diferenças etárias, de saúde, de força física e das qualidades do espírito, ou da alma. A outra desigualdade é aquela que podemos chamar de desigualdade moral ou política, porque ele depende de uma série de convenções e é estabelecida, ou pelo menos



autorizada, pelo consentimento dos homens. Ela consiste em diferentes privilégios, onde alguns gozam de vantagens em detrimento dos outros, como as vantagens de ser mais rico, mais honrados, mais poderosos que o resto, e por isso eles conseguem a obediência daqueles que são prejudicados. (ROUSSEAU; 1971;167).

A razão para a desigualdade política encontra-se no estabelecimento da propriedade privada. E, estabelecida essa desigualdade, Rousseau pensará nos meios de superá-la, em seu livro o “Contrato Social”. No início dessa obra, há uma celebre passagem que pode bem resumir os objetivos da sua obra:

O homem nasceu livre, mas por todo lugar ele se encontra aprisionado. Ele tanto se considera mestre dos demais que não deixa de ser mais escravo do que os outros. Como é que tal mudança se produziu na história ? Eu a ignoro. O que a poderia ter deixado legítima ? Creio que posso responder e resolver essa questão. (ROUSSEAU, 1966;41).

O Contrato Social é um tema clássico na ciência política que aborda a passagem do estado de natureza para o estado civil. Rousseau aborda essa passagem, o contrato social, além da questão da liberdade civil, da escravidão e do surgimento da propriedade, e apresenta sua principal inovação: a soberania exercida pelo povo. Para ele, a história hipotética humana se resume na seguinte passagem: o Homem vai da liberdade a servidão.

No contrato social, Rousseau preocupa-se em apresentar o “DEVER SER” da ação política, e não aquilo que a política simplesmente é. Para Jean Jacques, a política é uma moral, é um instrumento de realização da ética da razão, da ética que os iluministas revigoraram dos gregos, é um instrumento para a realização de Justiça e do BEM.

Nessa obra Rousseau pretende estabelecer as condições de possibilidade de um pacto legítimo, através do qual os homens, depois de terem perdido sua liberdade natural, ganhem, em troca, a liberdade civil. (Livros VI, VII, VIII do livro I do Contrato social).



Na legitimação do Pacto, a igualdade entre os contratantes é essencial. Todos devem alienar-se totalmente de todos os direitos, porque assim a igualdade será total. Ninguém então seria prejudicado, já que o corpo soberano que surge após o contrato é o único a determinar o modo de funcionamento da política, determinando mesmo a distribuição dos bens. Dessa forma, há todas as condições para a realização da liberdade civil, pois o povo soberano, sendo ao mesmo tempo parte ativa e passiva, agente do processo de elaboração das leis e aquele que obedece essas leis, tem todas as condições para se construir enquanto um ser autônomo. Assim haveria uma conjugação perfeita entre liberdade e obediência.

Segundo Rousseau, um povo só será livre quando tiver todas as condições de elaborar suas leis em um ambiente de igualdade, de maneira que a obediência as leis signifique, uma submissão a deliberação de si mesmo e de cada cidadão, como partes de um poder soberano. A submissão é a vontade geral, e não a vontade de um indivíduo ou grupo de indivíduos. De onde provém a legitimidade da democracia.

Rousseau sabe, contudo, que são muitos, também, os riscos de degeneração de tal sistema. É possível que o governo tenda a ocupar o lugar do soberano instituindo-se como poder máximo, invertendo os papéis estabelecidos no contrato. O governo passa a subjugar o povo e não se submete a ele.

No tocante a representação, Rousseau reconhece a necessidade de representantes para formarem um governo, muito embora ele discorde que uma vontade possa ser representada. O exercício da vontade geral através da representação seria uma sobreposição de vontades. Há o risco de que os representantes passem a agir de acordo apenas com seus interesses e não segundo o interesse daqueles que ele representa. Como possível remédio, Rousseau defende que os representantes sejam trocados com frequência.

Todavia, Rousseau é incrédulo no que se refere à recuperação da liberdade humana, liberdade essa que ficou perdida no momento em que foi instituída a propriedade privada e o homem sai do seu estado de natureza (liberdade total). Apenas um milagre faria com que o homem recuperasse seu



estado natural de liberdade, e isso explica porque os revolucionários franceses de 1789 não tinham apenas confiança nas palavras de Rousseau, tinham fé.

7 – A Política segundo Karl Marx

O pensador e filósofo alemão Karl Marx foi uma das figuras mais marcantes na história da humanidade. Sua obra não foi só o primeiro estudo crítico e científico sobre as origens e do desenvolvimento do capitalismo, mas também abordou o capitalismo como a totalidade de um modo de produção que acaba por condicionar o desenvolvimento e o funcionamento de todas as instâncias da sociedade moderna.

A riqueza da obra de Marx pode ser medida pela sua influencia nas mais diversas ciências humanas, de forma que é possível falar de uma teoria marxista na economia, na história, na ciência política, na sociologia, no direito, na filosofia e até mesmo na psicologia. Também se pode ter uma idéia da importância de Marx pelos inúmeros estudos e correntes de pensamento que se articularam exclusivamente para combater sua obra.

Segundo Raymond Aron (2004), o principal objetivo das obras de Marx era estudar e analisar o funcionamento da sociedade capitalista e tentar prever sua evolução. Marx observa que em primeiro lugar a sociedade capitalista é industrial e científica, em oposição as sociedades militares e teológicas que se configuraram e se desenvolveram no passado. Partindo da sua perspectiva histórica dialética – segundo a qual a história se move através das contradições internas inerentes a todos os modos de produção - Marx explora as contradições existentes no funcionamento da sociedade capitalista e a primeira delas é a luta de classes. A história de toda sociedade é a história da luta de classes, um antagonismo entre opressores e oprimidos.

Na visão marxista, a burguesia é a classe opressora moderna, porque é detentora dos meios de produção. E ela mantém seu domínio através da revolução permanente desses meios, ao contrário do que era feito anteriormente. As classes anteriores preocupavam-se em preservar os antigos



modos de produção. A classe oprimida é o proletariado, classe que possui apenas sua força de trabalho, que se torna uma mercadoria como outra qualquer.

São duas as principais contradições do regime capitalista: em primeiro lugar há a contradição entre as forças de produção e as relações de produção. As forças de produção se desenvolvem incessantemente, mas as relações de produção – propriedade e distribuição de renda – não se transformam no mesmo ritmo. A segunda contradição é aumento da riqueza e a miséria crescente da maioria. O desenvolvimento do capitalismo levaria a uma crescente concentração de renda. Desta crise, Marx pensa que sairá uma crise revolucionária. O desenvolvimento do capitalismo é o desenvolvimento da concentração de renda e do crescimento da miséria da maioria da sociedade constituída pela classe trabalhadora. Claro que Marx afirma a existência de apenas duas classes sociais, há também outras classe sociais intermediárias entre capitalistas e proletários, como os pequenos burgueses, os artesãos, comerciantes e proprietários de terra. Mas o desenvolvimento do sistema capitalista aponta para uma polarização e concentração entre essas duas classes sociais antagônicas.

Desta constatação decorre a idéia de que o poder político é apenas o poder de uma classe sobre a outra. A idéia de que o Estado é apenas um instrumento de dominação e de que a política é apenas o estudo dessa dominação.

Segundo Bobbio (1997), Marx tem uma concepção negativa do Estado, visto sempre como instrumento de dominação de classe. Nesse ponto, sua posição contrasta com a posição da maioria dos pensadores que se debruçaram sobre o problema do Estado. Para Hegel o Estado é racional em si mesmo, é o sujeito da história universal, o momento final do espírito objetivo. O fim da história, para Hegel, é a construção do Estado em sua forma de Monarquia Constitucional. O Estado supera as contradições e conflitos existentes na sociedade. Para Marx, ao contrário, o Estado é apenas a expressão das contradições sociais, não sendo sua superação, mas sim sua perpetuação. Já para Platão, o fim último do Estado é a justiça. Para Aristóteles é o bem comum. Para a maioria dos pensadores políticos aqui tratados, a filosofia política é a glorificação do Estado. O contraponto marxista se exprime da seguinte forma: o estado não é mais visto como instrumento civilizador que



impede a expansão e perpetuação da barbárie, como para Bodin e Hobbes. O Estado é um instrumento de dominação.

Para Marx o Estado é uma superestrutura que reflete o estado das relações sociais determinadas pela base econômica. A vida material dos homens, que não depende da sua vontade pura, seu modo de produção e a forma de relacionamento que os condiciona reciprocamente são a base real do Estado. Essas relações não são criadas pelo poder do Estado, elas constituem o poder que cria o Estado. As relações nascidas na esfera da produção – donos dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho – se materializam no poder do Estado.

Neste ponto a concepção de Estado de Marx é similar aquela de Maquiavel, pois ambos consideram o Estado como simples instrumentos de poder. Um aparelho que serve para a classe dominante exercer o poder, de forma que o Estado não é um fim nobre, mas sim a representação de o interesse específico de uma parte da sociedade. Não reflete o bem comum, mas o bem da classe dominante, o interesse particular de quem governa.

Assim, o poder político é o poder de uma classe organizado para suprimir outra classe. Não importa a forma do Estado, ele será sempre a expressão de uma relação real de domínio de uma classe sobre as outras. Pouco importa também a forma institucional do Estado, visto que ela não altera a essência da relação de dominação que nasce nas relações de produção. As relações aparentes das estruturas institucionais são enganosas, o Estado é sempre despótico

A dimensão ética da política para Marx seria semelhante à posição adotada por Rousseau, já a atividade política deve se guiar pelo DEVER SER, ou seja, atuaria como um instrumento moral que levaria a superação da desigualdade e da injustiça que marca toda a história de conflitos da humanidade. A origem do Estado na teoria marxista, mais desenvolvida por Engels que por Marx, assemelha-se a visão de Rousseau e a sua concepção negativa do Estado como forma de legitimar e perpetuar a desigualdade. A superação da desigualdade passa pela superação do Estado, e nesse ponto a luta política é o instrumento ideal para a construção de uma sociedade justa e igualitária.



8 – As duas éticas de Max Weber

Nascido na segunda metade do século XIX, na Alemanha, Max Weber é considerado o fundador da Sociologia moderna, ao lado de Karl Marx e Émile Durkheim. Além disso, sua obra teórica teve grande influência nos estudos da Ciência Política e da Economia. Dentre seus principais livros, destacamos: “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, “Política como Vocação”, “Ciência como Vocação”, “Economia e Sociedade”.

A visão da política por Weber mostra-se mais clara em seu texto “Política como Vocação”, onde define a atividade política como sendo a liderança ou a influência que se pode exercer sobre a liderança de uma associação política. A história moderna fez com que sua associação política principal é o Estado Nação. Pode-se, então, concluir de forma resumida que a política, na visão weberiana, é a participar do poder ou da luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados (Relações Internacionais e Política Externa) ou entre grupos dentro de um determinado Estado (Política Interna).

Torna-se nítido, destarte, que o Estado é o ponto principal da atividade política moderna. A construção histórica do Estado Moderno, ou do Estado Nação, passa pela concentração do poder de coerção que outrora encontrava-se disperso e descentralizado nas mãos dos senhores feudais e da nobreza, para o Estado centralizado nacional. Weber descreve esse processo de forma magistral na Política como Vocação; e esse mesmo tema acabou sendo tratado por teóricos contemporâneos ao próprio Weber, como Anthony Giddens e Charles Tilly.

Na visão do pensador alemão, sociologicamente, o Estado pode ser definido em termos dos seus meios específicos peculiares (dos meios que lhe são próprios), como qualquer outra associação política. O Estado Moderno (o Estado Nação) tal como o conhecemos hoje é definido pelo uso legítimo da violência física. Logo, o Estado que representa e é uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. O Estado é a única fonte que tem “direito” e “legitimidade” de usar da violência, ou permitir que outros o façam. De forma resumida, o Estado pode ser a concretização de uma relação de homens dominando homens e que é mantida por meio da violência legítima.



O processo de centralização do poder, que dá origem ao Estado moderno, tem também como consequência o surgimento dos políticos profissionais, que, como já frisado, surgiram do processo de expropriação e representavam a classe que foi expropriada dos meios materiais da organização do poder do Estado. Weber identifica dois tipos idéias de políticos: Em primeiro lugar há aqueles que vivem para a política e devem ser, por conseguinte, economicamente independentes. E há também aqueles que vivem da política e que dela dependem economicamente. A política moderna tem então uma característica inédita, apresentando-se como uma carreira no mercado de trabalho. A Evolução histórica da disputa pelos cargos na esfera do Estado traz traços marcantes. No início esses cargos eram considerados como simples instituição para a divisão do espólio (dos bens) daqueles que detivesse o poder. A evolução do funcionalismo público moderno e da burocracia especializada opõem-se a essa situação. Passa a existir um elevado senso de honra (estamental) na burocracia moderna. Segundo Weber, tais mudanças foram consequências das necessidades práticas da administração do poder que determinaram essa evolução. Seja pelo controle das finanças, seja pelo controle do aparato militar, seja pelo controle do direito e da justiça.

Weber, no mesmo texto, aborda também a evolução histórica dos modernos partidos políticos, sendo que atualmente sua principal característica é a concentração do seu poder nas mãos dos profissionais dos financiadores dos partido. (Mecenas ou diretores de poderosos clubes ou empresas). Criam-se, assim, máquinas partidárias e daí o advento da democracia plebicitária. Geralmente, na visão weberiana, a máquina partidária trabalha com dedicação e lealdade a um homem e não a um programa abstrato. Ou seja, os partidos unem-se mais em torno de lideranças carismáticas que em torno de programas ideológicos. Visão que contrasta radicalmente com as vertentes marxistas.

Sendo feita essa introdução a obra de Weber, podemos destacar agora a relação que ele faz entre a ética e a política. Assim como Maquiavel, Weber parte do princípio e da constatação de que não há uma única ética. Considerando que a política opera com o poder legitimado pela violência, sua ética contrastaria fortemente com a despreocupação material que é a essência da ética cristã. Para a política o mal deve ser enfrentado pela força. O meio decisivo para a política é o uso legítimo da violência, a política é o meio específico de legitimar a violência como tal, na mão das associações humanas, que determina a peculiaridade de todos os problemas éticos da política.



As duas condutas eticamente orientadas possíveis são: das últimas conseqüências ou da responsabilidade. Na primeira desfaz-se a questão da justificação dos meios pelos fins, é a questão da ética da Razão dos gregos, ou da ética Cristã, onde a escolha dos meios determina os fins perseguidos e ambicionados.. Na segunda pensa-se na luta política, na manutenção da ordem e do poder do Estado, e a ética política da responsabilidade, pode então, por em risco a salvação da alma. Assim como Maquiavel, Weber conclui que não se deve buscar orientações religiosas na esfera política.

Contudo, o autor pensa ser possível a construção de uma harmonia nessas duas dimensões éticas: quando a ética das últimas finalidades e a ética da responsabilidade são complementares. Quando há consciência da responsabilidade das conseqüências da conduta política e a ação é feita segundo a ética da responsabilidade e dos fins últimos.

9 – A Teoria Crítica

A chamada teoria crítica nasceu dos estudos desenvolvidos por um grupo de intelectuais alemães ligados ao instituto de sociologia e filosofia da Universidade da cidade de Frankfurt, tendo seu início na década de trinta. Entre esses intelectuais, destacam-se Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Erich Fromm. Recentemente o filósofo Habermas é o representante dessa corrente de pensamento.

A teoria crítica foi fundamentada como uma resposta as chamadas teorias tradicionais, que se desenvolveram em todas as ciências com um forte viés positivista, que pregava, entre outras coisas, a completa convergência de métodos e de funcionamento entre as ciências humanas e as ciências naturais. É nesse contexto que a própria economia moderna se desenvolve tendo a física como seu ponto de referência, e é também nesse contexto que as obras de Durkheim e Comte falam de leis imutáveis e universais que deveriam reger o comportamento da sociedade.



A resposta da teoria crítica fundamenta-se essencialmente na percepção da dupla dimensão da racionalidade. Teríamos então uma razão objetiva e uma razão subjetiva. De acordo com Horkheimer:

O conceito de razão objetiva jamais exclui a razão subjetiva, mas simplesmente considerou-a como a expressão parcial e limitada de uma racionalidade universal, da qual se derivavam os critérios de medida de todos os seres e coisas...Platão, por exemplo, idealizou a sua República a fim de provar que aquele que vive à luz da razão objetiva vive também uma vida feliz e bem sucedida. A teoria da razão objetiva não enfoca a coordenação do comportamento e objetivos, mas os conceitos – por mais mitológicos que estes pareçam hoje – tais como a idéia do bem supremo, o problema do destino humano e o modo de realização dos fins últimos...Em última instância, a razão subjetiva se revela como a capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado. (HORKHEIMER, 2003; 14,15).

A razão objetiva a que se refere o autor é a razão dos gregos, que era o instrumento para o conhecimento do BEM, da Justiça e da VERDADE. Já a subjetiva é apenas o simples cálculo de probabilidade para se chegar a um objetivo sem nunca questionar qual é esse objetivo.

Nesse sentido podemos focar a questão da dimensão ética da política. Se, para a escola de Frankfurt, o mundo moderno é marcado pela prevalência da razão subjetiva, a própria atividade política passa a ser uma atividade como outra qualquer, que tem o objetivo da conquista do poder, sem nunca questionar os fins últimos envolvidos nessa ação. É a partir dessa visão subjetiva que a competição política passa ser vista como uma competição entre lideranças pelo mercado de votos, perdendo assim sua dimensão ética e valorativa, e não sendo mais tratada como um instrumento para a construção de uma realidade mais justa, ou pela realização do bem comum.

Para esses pensadores é necessário fazer a crítica das teorias positivistas, como aquelas da escolha racional, que se baseiam apenas na razão subjetiva e não fazem mais do que perpetuar as desigualdades existentes. Para a escola de Frankfurt, a atividade política deve ser uma expressão da racionalidade objetiva, que enxerga os fins últimos da humanidade, como colocados pelos gregos e reavivados pelos iluministas, para que se possa se transformação numa prática de superação e emancipação social.

**Conclusão: A dimensão ética da política atual.**

Entre os principais pontos dos estudos políticos de Maquiavel está a demonstração da distinção existente entre a ética privada e religiosa e a ética da vida pública, ou a ética política. De acordo com o pensador florentino as regras que ordenam o mundo da política são fortemente distintas daquelas que ordenam a vida privada dos indivíduos; nesta são válidos e funcionam como referencia comportamental os valores e as formas de conduta sustentadas, no caso ocidental, pela influencia do cristianismo e do humanismo. Na esfera pública, a principal preocupação dos governantes deve ser a manutenção da ordem social e a preservação do poder do Estado. Essas duas éticas têm esferas de atuação distintas, assim como objetivos finais também diferenciados.

Essa pequena explicação de um ponto essencial do pensamento clássico da política elaborado por Maquiavel é de considerável importância na análise do discurso político construído e defendido pelo Partido dos Trabalhadores e principalmente pelas expectativas que esse discurso gerou no eleitorado. Durante grande parte do período em que foi o principal partido de oposição, o PT fundamentou suas críticas aos governos existentes utilizando-se de um discurso ético que muitas vezes incorporava elementos da ética privada para o questionamento das ações empreendidas dentro da esfera política da ética pública. Tal fato criou uma expectativa no eleitorado de que o governo do Partido dos Trabalhadores seguiria a risca princípios éticos próprios da conduta privada. Contudo, guiar-se por tais princípios na condução de um governo não é uma possibilidade real devido ao próprio funcionamento da esfera pública da política – marcada pelo conflito de interesses de classes e grupos sociais – e também ao funcionamento institucional do Estado. Uma parte considerável da decepção da população com relação ao governo petista reside justamente nesse ponto.

Alias, esse fato foi também abordado de maneira clara por Max Weber, em sua obra “A Política como Vocação”, onde é feita a distinção entre a ética privada, chamada pelo pensador alemão de “ética das últimas conseqüências” e a ética pública, denominada como “ética da responsabilidade”.

A análise do comportamento político a partir das duas dimensões éticas primeiramente feitas por Maquiavel e depois retomada por Weber é de extrema utilidade para a compreensão do processo



político contemporâneo, e não apenas no Brasil, e não apenas referindo a política interna de cada Estado, mas assim como também para as questões de política internacional.

Se nos parágrafos acima foi dada uma concentrada ênfase na relação ética do Partido dos Trabalhadores, tal escolha deve-se a dimensão e a proximidade histórica do fato. Mas, deve-se, também, ressaltar que esse discurso confuso foi colocado por vários outros partidos políticos nas mais diversas situações.

Não seria demais lembrar que durante todo o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, seu partido e sua base aliadas utilizaram-se táticas que, embora sejam comuns e justificáveis no mundo político em sua concepção mais realista, sempre foram encobertas por um discurso de ética e de responsabilidade nacional. A compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição, os processos nada transparentes de privatização, e o fisiologismo marcante daquele governo são apenas alguns dos exemplos que podemos destacar agora.

Outro fato interessante ligado a esse tema é a constatação histórica que a confusão dos discursos éticos privados e públicos na política brasileira tem sua origem nos partidos conservadores e populistas no período democrático que se iniciou em 1946 e foi finalizado pelo golpe militar em 1964. Políticos como Carlos Lacerda e Jânio Quadros fizeram uso do discurso moralista cristão para conseguiram ganhar apoio da população brasileira, fortemente marcada por sua herança católica, visando a tomada de posições estratégicas de poder dentro do Estado brasileiro. Nada mais característico desse fato que as campanhas de Jânio Quadros e sua famosa vassoura.

Além disso, a tradição maquiavélica realista da política foi usada e vestida das mais diversas formas para a realização de objetivos pessoais ou de classes específicas sob o manto da chamada razão de Estado. Ressalte-se que, para Maquiavel, tal conceito só seria válido se fosse com o objetivo de evitar o caos social.

Resta-nos agora algumas palavras sobre a dimensão ética da política em sua vertente ligada ao DEVER Ser do comportamento político. Contextualizando as obras de Platão e Aristóteles, podemos dizer que a grande contribuição dos gregos foi de definir a política como um instrumento para se chegar a realização dos fins últimos da Razão objetiva, como o BEM, o JUSTO, o BELO e



o VERDADEIRO. São justamente essas idéias que se encontram reincorporadas, em diferentes proporções, pelas obras de Rousseau, Marx e pela escola de Frankfurt. Para esses pensadores, a política tem sua dimensão moral, e a atividade política não é uma simples expressão da razão subjetiva onde grupos de interesse disputam o poder do Estado. A atividade política não é pautada pela neutralidade e nem tem suas regras norteadas pelos princípios de competição do mercado, como fazem crer por aí os neoliberais com sua visão incompleta da Razão humana. A dimensão ética da política é justamente sua capacidade de transformação e de superação das desigualdades existentes em nome dos fins últimos da humanidade.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES (2006). A Política. São Paulo, Editora Martins Fontes.

AZAMBUJA, Darcy (1967). Introdução à Ciência Política. Rio de Janeiro, Editora Globo.

ARON, Raymond (2004). O Marxismo de Marx. São Paulo, Editora ARX.

BOBBIO, Norberto (1997). A Teoria das Formas de Governo. Brasília, Editora UNB.

BRANDÃO, Gildo, QUIRINO, Célia e VOUGA, Cláudio orgs. (2004). Os Clássicos do Pensamento Político. São Paulo, Editora EDUSP.

CHAUÍ, Marilena (2004). Convite a Filosofia. São Paulo, Editora Atica.

COMPARATO, Fábio K. (2006). Ética. São Paulo, Companhia das Letras.

CUNHA, Antônio Geraldo (1996). Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. São Paulo, Editora Nova Fronteira.

HORKHEIMER, Max (2003). O Eclipse da Razão. São Paulo, Editora Santauro.



LOWY, Michael (1978). Método Dialético e Teoria Política. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

MAAR, Wolfgang Leo (2006). O que é Política ?. São Paulo, Editora Brasiliense.

MAQUIAVEL, Nicolau (1973). O Príncipe. São Paulo, Editora Abril.

PISIER, Evelyne (2004). História das Idéias Políticas. São Paulo, Editora Manole.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1966). Du Contract Social. Paris, Editora Flamarion.

_____ (1971). Discours sur l'origine et les fondementes de l'inégalité parmi les hommes. Paris, Editora Flamarion.

VITA, Alvaro de e BORON, Atílio org. (2004). Teoria e Filosofia Política. São Paulo, Editora Edusp.